

Em busca de uma cidade ideal: *Representações* de poder no Rio de Janeiro do Vice-Reinado*

Denise Maria Deodato Silva
Mestranda em História Política - IFCH/UERJ
denise.deodato@hotmail.com

Resumo: Com este texto procura-se esboçar alguns aspectos alusivos às cidades iluministas do século XVIII, como ponto de partida para entendermos algumas das transformações nos pontos de vista estéticos e ideológicos, que se operaram no Rio de Janeiro a partir de sua elevação a sede do vice-reinado em 1763. Para isso contemplou-se, como objeto fundamental de análise as telas paisagísticas do artista Leandro Joaquim, buscando-se discutir alguns dos referentes remotos do ideário das *Luzes* apropriados pelo poder instituído.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Vice-reinado; Telas paisagísticas; Leandro Joaquim; Representações.

* Esse artigo é a síntese de uma pesquisa desenvolvida como Trabalho de Conclusão no curso de Graduação em História. Cf. SILVA, Denise M. Deodato. *Reflexos das Luzes na nova Corte tropical: os letrados luso-brasileiros e a cidade joanina (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2005.

1. Reflexões sobre as Cidades Iluministas

*Antes de serem uma realidade de ruas, casas e praças, que só podem existir e ainda assim gradualmente, no transcurso do tempo histórico, as cidades [iluministas] emergiam já completas por um parto da inteligência das normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam, pros [sic] planos que as desenhavam idealmente, com essa regularidade fatal que espregueira os sonhos da razão.*¹

Pensar sobre as cidades do século XVIII é pensar em cidades pautadas por idealizações, por projetos de intervenção em seu espaço físico e imaginário. Tais projetos refletem muito do que se objetivava com sua construção ou reformulação, o que sugere indícios significativos sobre as expectativas e necessidades de agir sobre uma dada sociedade no tempo, conferindo-lhe novas características e significações.

Nesse sentido, as cidades iluministas seriam mais do que um espaço físico; seriam um conjunto de símbolos capazes de influir na *materialização* das diversas transformações que se buscava promover nos modos de pensar e agir de um determinado grupo, exaltando o início de um novo tempo, um tempo de *Luzes* e certezas.

Esse novo tempo seria favorecido a partir de características específicas, algumas das quais resgatadas da cultura renascentista do século XV², período em que se verifica uma busca mais contínua de favorecer a criação de uma “*cidade ideal*”, concebida a partir de um plano unitário em que se destacam aspectos como a regularidade, linearidade e uniformidade.

Esses aspectos seriam retomados pelos pensadores iluministas. Contudo, estes lhe acrescentariam a *razão*, considerada por Paul Hazard (1983) o que “o passado sempre prometera sem nunca chegar a dar (...) e que sendo luz, iluminará todo o homem que viver neste mundo”³. O que seria visível pela preocupação com os aspectos estéticos e funcionais, que complementaríamos o sentido racional das “*cidades luz*”.

Esse novo modo de pensar a cidade, intensificado a partir do século XVIII, pode ser verificado ainda a partir de outra questão central do pensamento iluminista, e que teria na cidade um dos seus principais centros irradiadores, a *civilização*, entendida como um meio de adequar os indivíduos às *Luzes*, favorecendo a educação dos homens em sua dupla

¹ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985 p. 32.

² Segundo Giulio Carlo Argan “foi durante o Renascimento que surgiu uma teoria ou ciência sobre a cidade, possibilitada a partir da *concepção da cidade enquanto expressão da sociedade*”. Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 74.

dimensão, física e mental, agindo sobre o polimento de atos e gestos, clarificando os espíritos e abrandando os hábitos.

Essas breves reflexões iniciais visam demonstrar algumas das principais questões presentes no pensamento iluminista, e remetem-nos para a questão do poder cidadão em sua dimensão simbólica, capaz de impor uma significação e torná-la ideologicamente legítima. Contudo, durante o século XVIII, estas concepções em torno de uma “*cidade ideal*” foram relidas e readaptadas em cada local de diferentes maneiras, a partir de um diálogo simultâneo entre as *Luzes* e aspectos como a tradição, a cultura local e as necessidades dos que regiam a sociedade.

Em relação a Portugal, essa nova maneira de conceber a cidade se tornaria perceptível apenas após a reformulação de Lisboa, o que se iniciaria após o terremoto de 1º de novembro de 1755⁴. Período em que se observa a necessidade de inserir a cidade em um *novo tempo*, em “uma nova conjuntura européia, ou seja, num gosto que se transformava e numa estética que procurava adaptar-se a um novo pensamento – o pensamento do Iluminismo”⁵ que, segundo José Augusto França (1987), havia se mantido relativamente apartado de Portugal por influência da Inquisição e do fervor religioso difundido pelo reino.⁶

Do lado de cá do Atlântico, as especificidades da colônia impuseram limites à inserção do pensamento ilustrado, já que a política de colonização portuguesa era utilizada como um meio de reafirmar o poder real sobre a colônia, evitando a sua desagregação, e fundando povoações em áreas consideradas estratégicas para a administração colonial. Dentre elas se destacam as da região amazônica, até então pouco povoada pelos portugueses, e relativamente afastada de seu controle, sendo por isso uma das mais favorecidas pelo novo projeto urbanizador português, interessado em legitimar o poder real na região, evitando possíveis invasões espanholas e favorecendo a exploração de suas riquezas territoriais⁷.

Desde o início do século XVIII já se pode perceber um novo tipo de preocupação com a formulação da cidade. Contudo, apenas após a segunda metade deste século, com a ascensão do Marquês de Pombal ao poder, pode-se falar em uma racionalização, propriamente dita dos traçados urbanos. Neste período, verifica-se ainda uma mudança no

³ HAZARD, Paul *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença, 1983, p. 39.

⁴ Para a análise das reformulações em torno de Lisboa enquanto cidade iluminista, vide FRANÇA, José Augusto. *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1987.

⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 38.

⁶ FRANÇA, José Augusto. *Op. Cit.*. Lisboa: Bertrand, 1987, p. 11.

projeto urbanizador da Coroa para a colônia⁸, o que refletiu sobre a maneira de como se daria a ocupação de seu território.⁹ Nesse sentido, interessa-nos apenas chamar a atenção para a inserção de um *novo conceito de cidade*, que marca, efetivamente, a assimilação da ilustração na colônia.

Essas novas concepções estéticas e ideológicas chegariam ao Rio de Janeiro, sobretudo, após a elevação da cidade a condição de sede do vice-reinado, em 1763. Concretizada devido à necessidade de localizar a capital da América portuguesa mais ao centro, o que favoreceria o controle da região do sul, onde se localizava a colônia do Sacramento. No entanto, desde o governo de Gomes Freire de Andrada (1733-1763), já é perceptível uma nova orientação do espaço urbano, favorecida em maior ou menor grau, por fatores internos e externos, nos governos consecutivos.

Como exemplo dessas novas preocupações podemos citar, ainda durante o governo de Gomes Freire, a construção da “casa governador”, mas tarde utilizada como residência dos vice-reis. Localizada no Largo do Carmo essa edificação teria sido inspirada em uma outra existente no Paço da Ribeira em Lisboa¹⁰.

Segundo o historiador Afonso Carlos Marques dos Santos (1999), desde o início do século XVIII o Rio de Janeiro já caminhava em direção a uma racionalização de seu espaço construído¹¹, fosse através de uma maior preocupação com aspectos estéticos, fosse, como no caso da Casa dos Governadores, através de uma associação pragmática com a capital lusitana. Contudo, a inserção do ideal de cidade iluminista, com seus aspectos racionais, salutareis e estéticos, seria intensificada apenas anos mais tarde, após a elevação da cidade a condição de sede do vice-reinado em 1763.

⁷ Para um maior esclarecimento desta questão vide: DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas e cidades para o Brasil - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII* Edições Alva

⁸ Existem muitos estudos sobre a questão do urbanismo colonial, nem todos eles escritos por historiadores, o que demonstra diferentes maneira de observar um mesmo objeto. Dentre esses estudos destacam-se: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição a estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968; SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

⁹ Segundo Manuel Teixeira e Margarida da Valla “essa ação urbanizadora setecentista deve ser entendida no contexto político da delimitação de fronteiras entre Portugal e Espanha, na América do Sul”, em que a afirmação da soberania real na região, com a ocupação efetiva do território, era a melhor maneira de se defender contra possíveis disputas com os espanhóis. Cf.: TEIXEIRA, Manuel C. VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 252.

¹⁰ “O Paço da cidade: biografia de um monumento”. In: *Paço Imperial*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999. Nota 7.

¹¹ *Idem*, p. 55.

Como foi dito anteriormente a inserção de *práticas*¹² iluministas na capital colonial teria sido, se não condicionada, ao menos influenciada por múltiplos fatores, ainda que nem todos possam ser considerados inerentes às necessidades do cotidiano colonial. Como exemplo do quão diferenciadas eram essas necessidades pode-se citar a perseguição e expulsão dos jesuítas durante o governo do Conde da Cunha (1763-1767) e a necessidade de fortificação do litoral, iniciada pelo Conde de Azambuja (1767-1769) e continuada por seu sucessor, o Marques de Lavradio (1769-1779). No entanto, conforme nos lembra a historiadora de arte Ana Maria Monteiro de Carvalho (1999):

(...) Foi somente no ultimo quartel do século XVIII, durante a gestão de D. Luis de Vasconcelos (1779-1790), que a cidade conheceu seu primeiro grande surto de racionalização urbana no período colonial. Esse vice-rei de idéias iluministas priorizou em seu programa governamental, *além do saneamento básico e do abastecimento de água, o lazer e o embelezamento urbano, numa tentativa, (mais eficiente que a de seus antecessores) de adequar a cidade ao moderno conceito de imagem das Luzes das capitais européias.*¹³ [Grifo Nosso]

A questão do saneamento básico era uma antiga preocupação, como se pode observar com o aterramento da Rua da Vala pelo Conde da Cunha, o “enxugo” das lagoas de Santo Antonio e da Pavuna pelo Marques do Lavradio e o aterro da Lagoa do Boqueirão da Ajuda concretizado por D. Luis de Vasconcelos e Sousa, após o arrastamento do morro das Mangueiras, que se encontrava próximo a esta área.

Esta medida foi tomada após uma epidemia que ficou conhecida por *Zamparina*, e cujo foco de expansão foi identificado como a Lagoa do Boqueirão, o que fez com que D. Luis de Vasconcelos ordenasse, além de seu aterramento, a posterior construção de um Passeio Público, cuja tarefa foi incumbida ao Mestre Valentim da Fonseca e Silva (1745-1813), que a executou entre os anos de 1779 e 1783.

¹² Neste artigo estamos trabalhando com o conceito de “*práticas*” e “*reapresentações*” proposto pelo historiador francês Roger Chartier (1990) segundo o qual “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas por interesses de um grupo que as forjam”. Ainda segundo o autor: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”. Cf.: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

¹³ CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2003, p. 9-10.

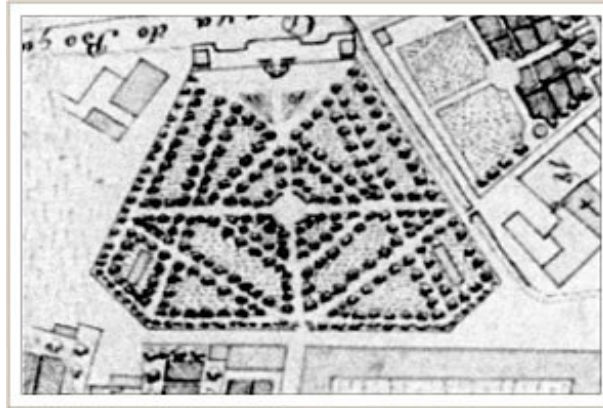


Ilustração 1: Detalhe do Passeio Público na planta do Rio de Janeiro feita por Francisco Betancourt em 1791.

O parque urbano segue o estilo francês, com uma planta em forma de trapézio, considerada pouco comum para a época¹⁴. Através de sua análise é possível perceber a ênfase na questão da regularidade e linearidade das ruas, além da utilização constante de traçados geométricos, características assimiladas do modelo iluminista. No entanto, para a decoração do parque optou-se por uma decoração que contemplasse uma conexão da cultura européia com a local, como se pode perceber através da inserção de mitos da mitologia clássica com elementos nativistas.¹⁵

Para ornamentar o interior do Passeio Público existiam, além de esculturas em bronze, chafarizes e plantas que o vice-rei ordenara que fossem aclimadas na cidade. Havendo ainda um terraço com dois pavilhões quadrangulares, um deles decorado por Francisco Xavier Cardoso Caldeira (Xavier dos Pássaros) e o outro por Francisco dos Santos Xavier (Xavier das Conchas). Neste espaço localizavam-se 16 telas paisagísticas da cidade, elaboradas pelo artista Leandro Joaquim¹⁶, considerado um dos precursores desta “categoria artística” devido a pouca existência de obras paisagísticas do cotidiano fluminense no setecentos.

¹⁴ MARIANO FILHO, José. *O Passeio Público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: C.Mendes Júnior, 1943.

¹⁵ Exemplos desses elementos podem ser verificados nas fontes “Bica dos meninos”, em que se observa um cupido alado, esculpido em bronze, segurando com em uma das mãos uma espécie de tartaruga nativa que jorra água num tonel, e na outra segura uma faixa com os dizeres: “Sou útil ainda brincando”, o que na opinião de Anna Maria Monteiro reflete o pensamento iluminista que aproxima o fazer artístico do utilitário. Cf. CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *Op. Cit.*, p. 26.

¹⁶ Dos 16 painéis paisagísticos atribuídos a Leandro Joaquim (1738 -1798) apenas seis chegaram aos nossos dias. Contudo, Menezes de Oliva defende que pelo menos tres destas obras foram produzidas após 1789, ano em que o artista teria morrido, e que por isso não poderiam ser da sua autoria. Porém, minuciosos estudos posteriores ao de Menezes Oliva confirmaram a autoria das obras, e dataram a produção das mesmas entre 1780 e 1790. Cf. OLIVA, Menezes. “Os falsos painéis de Leandro Joaquim”. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940, p. 31-42; FERREZ, Gilberto. *Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890)*: Catalogo analítico. Casa Jorge editorial, 2000, 2v.

2. Re-significando os espaços: O Rio de Janeiro nas telas de Leandro Joaquim

Durante os duzentos e cinquenta anos que antecederam a elevação da Província do Rio de Janeiro à condição de capital da América portuguesa, a produção artística dos que nasciam em terras lusitanas e radicavam-se na colônia restringia-se, de um modo geral, a obras religiosas¹⁷. Porém, um conjunto de múltiplos fatores, como por exemplo, o advento do iluminismo, desde finais do século XVII, com seu ideal racionalizador, acrescido do papel preponderante destinado à observação da natureza, fizeram com que os interesses dos artistas se ampliassem, levando-se a uma intensificação da observação da natureza.

Isso serviu de incentivo à produção de telas paisagísticas com objetivo artístico, e não apenas como meio de localização geográfica¹⁸. Contudo, estes dois “tipos” de imagens, conforme nos lembra Peter Burke (2004), não são feitas através “de um ‘olhar inocente’ no sentido de um olhar que fosse totalmente objetivo, livre de expectativas ou preconceitos de qualquer tipo”. Por isso, “tanto literalmente quanto metaforicamente, esses esboços e pinturas registram *um ponto de vista*, o que não impossibilita que tais imagens expressem [também] uma espécie de propaganda”¹⁹

É necessário ainda que se considere a possibilidade, em se tratando de imagens paisagísticas, de que se ofereça uma visão idealizada “evocando associações políticas, ou,

¹⁷ Entre os artistas que se destacaram entre a elaboração de obras religiosas destacam-se: José de Oliveira Rosa (1690 - 1769). Considerado chefe da *Escola Fluminense de Pintura*, foi responsável por elaborar as pinturas para a Igreja e Mosteiro de São Bento e para a Paróquia de Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé; João de Sousa (?), que executou a pintura de uma série de painéis para a Igreja e Convento de Nossa Senhora da Lapa do Desterro, atualmente desaparecidos; Manuel da Cunha (1737 -1809), cujos principais trabalhos são as bandeiras de procissão realizadas para a Igreja de N. Sa. do Bom Sucesso e obras para a Capela do Noviciado da Igreja da Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco. Uma das exceções desse período é o pintor José Leandro de Carvalho (1750 - 1834), que apesar de também dedicar-se a pintura de obras religiosas não se limita a essas, tornando-se, após a transmigração da Corte, responsável pela execução dos retratos da família real. Pintou ainda os cenários para o *Teatro de São João* e o pano de boca do antigo *Teatro de São Pedro*, além de retratos das famílias ricas da cidade.

¹⁸ A “elaboração” de imagens como meio de localização era uma prática comum no setecentos entre os viajantes europeus. De um modo geral essas imagens serviam para registrar os locais por onde se passava e facilitar a localização futura dessas regiões. Normalmente esses “registros” eram feitos por pessoas que compunham a tripulação das naus. Um exemplo dessas imagens pode ser encontrado em FRANÇA, Marcel Jean Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: Antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

¹⁹ Cf. BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004, p. 24. Sobre a utilização do conceito de “propaganda”, para imagens anteriores a 1789 o autor adverte que “não foi apenas em nossa época que os governantes sentiram a necessidade de uma boa ‘imagem pública’”, p. 74.

até mesmo expressando uma ideologia”²⁰, que pode não corresponder, fidedignamente, a localidade em foco.

Através da “*Revista Militar no Largo do Paço*” podemos perceber o ideal de organização a ser alcançado pela cidade, em que seus principais poderes encontram-se harmonizados num mesmo ambiente. Conforme descreveu Gilberto Ferrez:

A esquerda, a Casa dos Governadores (...) a direita as casas de Francisco Teles de Menezes, com o celebre “arco do teles” (...) No fundo o Convento do Carmo, com a igreja e a torre seguido, seguido da igreja de V. O. Terceira do Carmo. Ambos os templos ainda não tinham terminado as suas fachadas. No primeiro plano se vê o novo cais e o chafariz do mestre Valentim.²¹

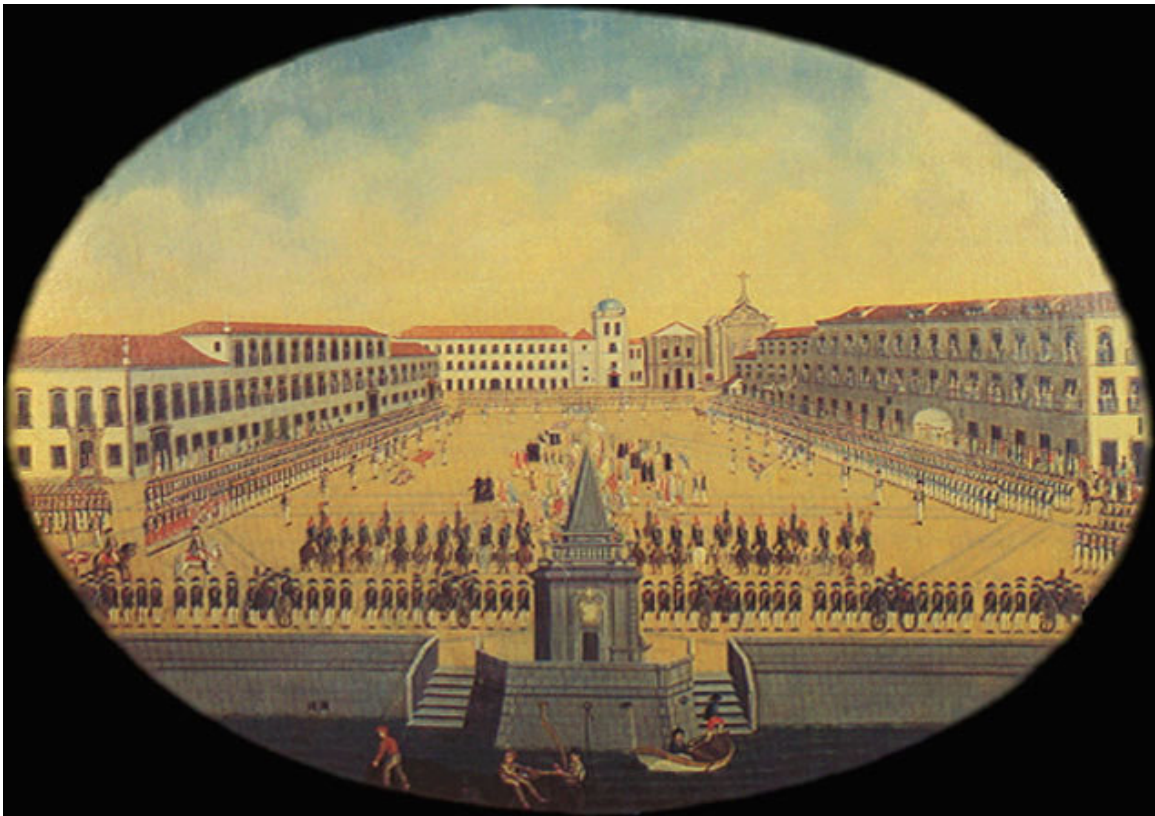


Ilustração 2: Leandro Joaquim. *Revista Militar no Largo do Paço*, fins do século XVIII, óleo sobre tela. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Neste espaço estão perceptíveis as principais instituições da cidade, representadoras dos vários poderes sobre a qual esta se fundamenta, sendo eles o Largo do Paço dos Vice-Reis, no que se refere ao poder civil oficial; a casa dos Telles de Menezes, como poder civil não oficial; as igrejas observadas no fundo, como poder civil religioso e o

²⁰ BURKE, Peter. *Op. Cit.*, p. 54.

²¹ FERREZ, Gilberto. *As cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1963, p. 40

poder militar na utilização da praça²². Pode-se destacar ainda o poder metropolitano através da configuração espacial do Largo, imitando o “grandioso terreiro do Paço de Lisboa”, expressão simbólica e suprema do urbanismo tradicional europeu do domínio marítimo de uma grande nação.²³

Também no Largo do Paço observamos a intervenção do poder civil não oficial em medidas como o seu calçamento em 1789, e a inauguração de um novo chafariz a beira-mar, em posição central, com escadas que possibilitariam a entrada na cidade para quem estivesse vindo do mar. É interessante pensarmos no interesse dos vice-reis em áreas como o Passeio Público e o Largo do Paço. Dois Lugares de chegada na cidade, e que por sua localização sugerem o interesse dos governantes em melhorar a cidade do ponto de vista de quem nela chega, sendo este um dos fatores que impulsionariam várias das iniciativas dos sucessivos governantes oitocentistas.

²² De um modo geral admite-se que a cerimônia retratava uma revista militar. Contudo, existem algumas controvérsias nesse sentido. Algumas fontes consideram que se comemorava a inauguração das obras de remodelação do Largo do Paço, enquanto outras sugerem que esta retratava a comemoração do aniversário de D. Maria I. Gilberto Ferrez, sugere outra possibilidade, como a construção do cais, do novo chafariz e do calçamento parcial do Largo, executadas durante o governo de Luis de Vasconcelos e terminadas em 1789. Cf. FERREZ, Gilberto. *Op. Cit.*, p. 40.

²³ SISSON, Rachel. O Rio de Janeiro de D. João como etapa na Formação da cidade contemporânea. In: *Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 315-323.

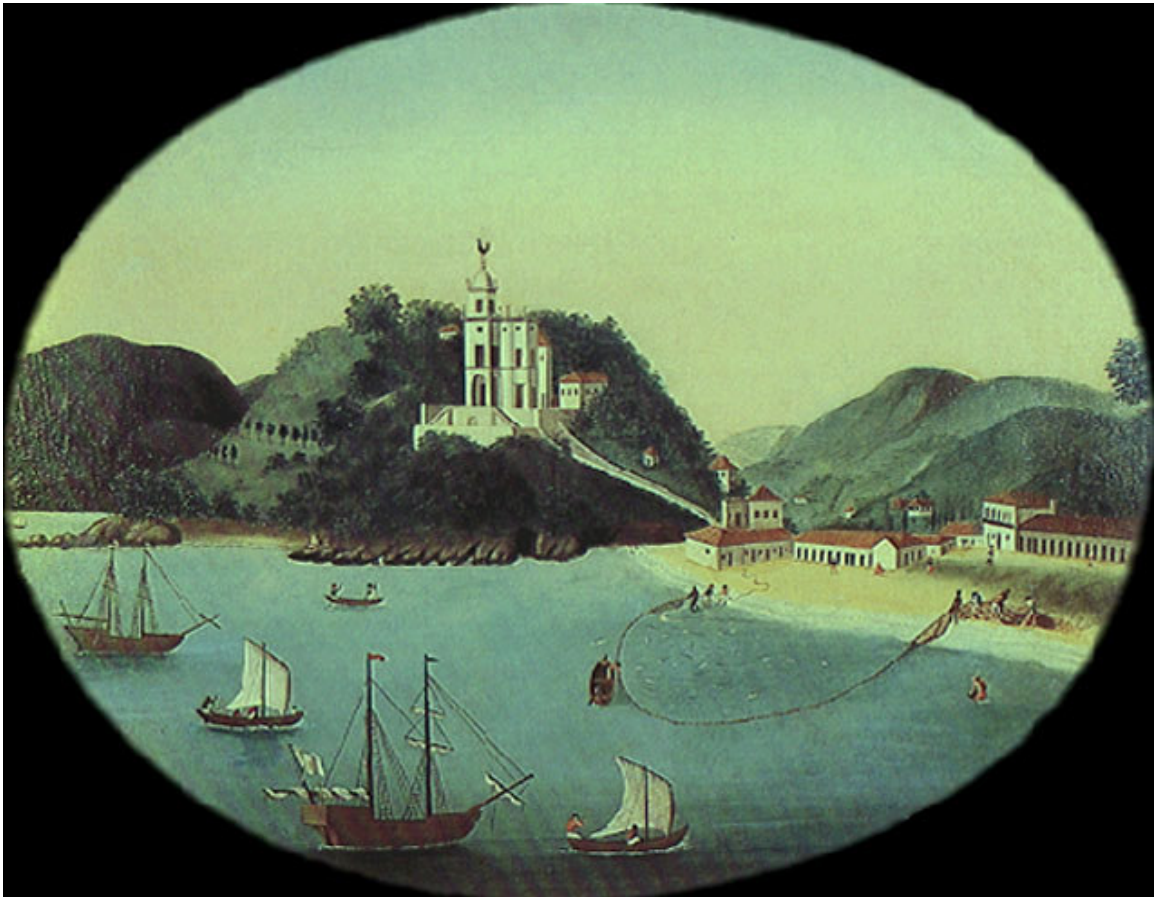


Ilustração 3: Leandro Joaquim. *Vista da Igreja e da Praia da Glória*, fins do século XVIII, óleo sobre tela. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

A “*Vista da Igreja e da Praia da Glória*” mostra um momento cotidiano da vida na cidade, com alguns veleiros e embarcações maiores no primeiro plano, e com os pescadores no lado direito da imagem puxando o arrastão. Na costa observam-se algumas construções, e ao fundo, de maneira central, localiza-se a igreja.

Essa ilustração transmite a idéia de um recanto paradisíaco entre as montanhas e o mar, o que caracteriza uma das perspectivas do *olhar* iluminista, em que a natureza tem o seu lugar priorizado, resguardado e em perfeita harmonia com as edificações construídas. Nesse sentido, não há oposição entre a natureza e a edificação. Estes não são dois pólos divergentes, no contexto do iluminismo, muito pelo contrario, eles se conciliam sem se sobreporem. O que faz com que se tenha a idéia de que esta “tudo no seu devido lugar”. Não que não possa haver harmonia entre as edificações e a natureza, mas no contexto dessa imagem essa harmonia é ressaltada ao máximo.

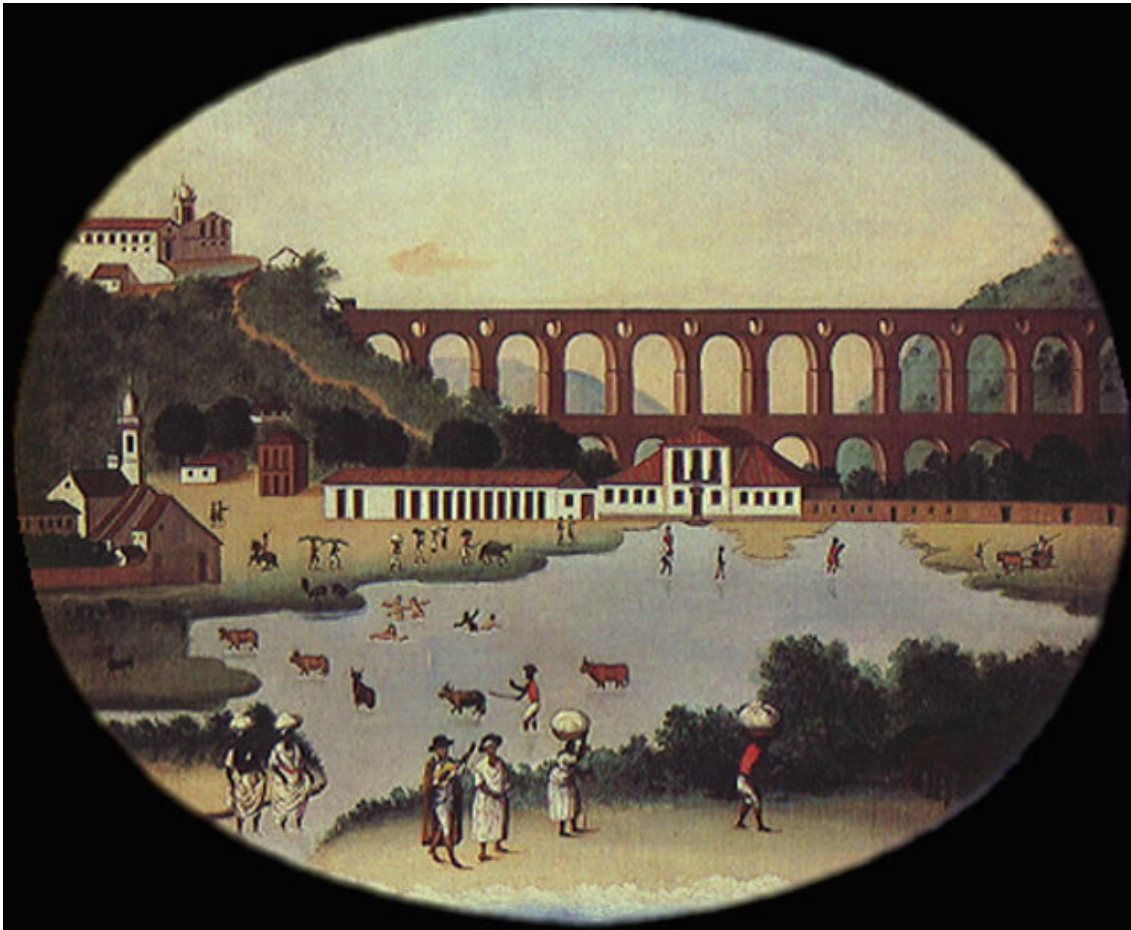


Ilustração 4: Leandro Joaquim. *Vista da Lagoa do Boqueirão e do Aqueduto de Santa Tereza*, fins do século XVIII, óleo sobre tela. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro.

Esta imagem mostra a Lagoa do Boqueirão da Ajuda, localizada entre a cidade e o caminho do engenho D' El Rei, que levava a Zona Sul. Uma lagoa, que como tantas outras, era utilizada pela população como local de despejo de dejetos, o que fazia com que suas águas fossem poluídas e consideradas insalubres. Sendo este um dos principais fatores para que a área fosse pouco povoada. Contudo, conforme se pode observar na imagem de Leandro Joaquim, ainda assim crianças e animais banhavam-se neste local.

Pela imagem pode-se verificar ainda um grande numero de indivíduos, em sua maioria trabalhadores negros em suas atividades diárias, e um guarda da milícia montado a cavalo. Constata-se ainda a quase inexistência de indivíduos brancos, o que corrobora a hipótese de que esta fosse uma área pouco valorizada pela elite local no período em que esta imagem foi produzida. Outro ponto a ser ressaltado é a *ordem* do Aqueduto e das edificações – no centro da imagem –, em contraste com a *irregularidade* da forma da lagoa.

A colocação da imagem de uma área considerada insalubre, e em certo sentido *mal freqüentada*, em um local de destaque como o Passeio Público, sugere a tentativa de se reafirmar o poder dos vice-reis. É como se a imagem, no contexto em que foi criada, afirmasse a idéia de como a natureza *bruta* pode ser *polida*. Em um sentido complementar, podemos considerar que a imagem ressalta a idéia da natureza dominada, e por que não dizer domesticada, o que seria, no contexto do iluminismo, a supremacia total da razão humana.

Ao analisarmos as telas em conjunto podemos nos aproximar do ideal de organização e de harmonização a se atingido, no qual cada grupo é localizado em um local específico, o que sugere as barreiras visíveis e invisíveis que regiam a sociedade, demonstrando como se desejaria que a cidade fosse, e não necessariamente como ela era, o que permite-nos concluir que, desde a segunda metade dos setecentos, e principalmente, após a elevação da cidade a sede do vice-reinado, existia por parte dos governantes da cidade a vontade de construir uma *representação ideal*²⁴ para esta.

3. Conclusão

A análise de uma determinada cidade no tempo já é por si só um exercício complexo, pois a cidade consiste numa acumulação visível e material dos diversos períodos históricos que antecederam ao “tempo presente”. Contudo, esse exercício torna-se mais complexo ainda se o objetivo da pesquisa for debruçar-se sobre as minúcias do poder cidadão a partir da ideologia presente em seus diversos discursos, em seus posicionamentos e *visões de mundo*, como é o caso da que ora se propõe.

Como foi visto as imagens paisagísticas da cidade foram encomendadas pelo vice-rei, D. Luis de Vasconcelos para enfeitar os pavilhões existentes no Passeio Publico, o que corrobora a possibilidade de que tais imagens expressem um meio de embutir nos moradores da cidade algumas das características que se consideravam importantes.

Sendo assim, podemos considerar que as medidas iniciadas após a elevação da cidade a sede do vice-reinado possuíam um duplo caráter: o concreto, verificado através da necessidade de resolver os problemas que a administração da cidade apresentava, e um outro que se verificaria através do que o Afonso Carlos Marques dos Santos chamou de “comprometimento com a imaginação européia”²⁵. Isso equivaleria a dizer que havia, por

²⁴ Sobre essa questão Cf. CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p. 17.

²⁵ O autor sugere a existência de um processo civilizatório que se evidenciou desde a vinda da Corte portuguesa para o Brasil e se afirmou com a independência e o segundo reinado, o que não contesta a possibilidade de tal processo ter se iniciado antes, ainda que de maneira discreta e pouco abrangente. Cf.

parte dos governantes da cidade, a intenção de transformá-la, imbuindo-lhe características coerentes com essa realidade, interferindo na imagem interna, e por que não dizer mesmo externa da cidade, o que seria feito a partir da intervenção do “poder público” no espaço cidadão.

Neste sentido podemos pensar que as imagens de Leandro Joaquim expressam uma *visão de mundo* em que se podem perceber os objetivos dos governantes de incutir nos moradores da cidade um novo *sistema de valores*, alterando-se assim, gradativamente, *os modos de vida* destes²⁶. Nesta perspectiva as imagens da cidade serviriam para disseminar essa nova ideologia do poder.²⁷

A localização destinada a essas imagens, em lugar privilegiado, sugere o público que se desejava atingir, sendo este composto tanto por um público interno, em que se inserem prioritariamente as elites da cidade, freqüentadoras do Passeio Público, como um público externo, na medida em que este local configura-se como o “mais aprazível recanto da cidade” e, portanto, digno de ser “exibido” para os seus mais ilustres visitantes, sejam eles portugueses nascidos em outras províncias da América portuguesa ou na metrópole, bem como os demais estrangeiros que por ventura se encontrasse na cidade.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. “A Academia Imperial de Belas Artes e o Processo Civilizatório do Império”. In: *180 anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

²⁶ Para um maior esclarecimento desta questão, sugerimos: BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004, p. 61.

²⁷ Estamos entendendo ideologia como “um projeto de agir sobre determinado circuito de representações com o intuito de produzir determinados resultados sociais (...) Ou seja, como um projeto de agir sobre a sociedade (...) correspondendo a uma determinada forma de construir representações ou de organizar as já existentes para

BIBLIOGRAFIA

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: história e imagem*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. *Mestre Valentim*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2003.

atingir determinados objetivos ou reforçar determinados interesses” Cf. BARROS, José D'Assunção. *Op. Cit.*,

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre praticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas e cidades para o Brasil - Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Edições Alva-Cior, 1997.

FERREZ, Gilberto. *As cidades de Salvador e do Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, 1963.

_____. *Iconografia do Rio de Janeiro (1530-1890): Catalogo analítico*. Casa Jorge editorial, 2000, 2v.

FRANÇA, José Augusto. *Lisboa Pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1987.

FRANÇA, Marcel Jean Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: Antologia de textos (1582-1808)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HAZARD, Paul *O pensamento europeu no século XVIII (de Montesquieu a Lessing)*. Lisboa: Presença, 1983.

MARIANO FILHO, José. *O Passeio Público do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: C.Mendes Júnior, 1943.

OLIVA, Menezes. Os falsos painéis de Leandro Joaquim. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1940, p. 31-42;

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição a estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: USP, 1968; SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. "A Academia Imperial de Belas Artes e o Processo Civilizatório do Império". In: *180 anos de Escola de Belas Artes*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. "O Paço da cidade: biografia de um monumento". In: *Paço Imperial*. Rio de Janeiro: Sextante Artes, 1999, p. 52-115.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Denise M. Deodato. *Reflexos das Luzes na nova Corte tropical: os letrados luso-brasileiros e a cidade joanina (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2005.

SISSON, Rachel. O Rio de Janeiro de D. João como etapa na Formação da cidade contemporânea. In: *Anais do Seminário Internacional D. João VI: um rei aclamado na América*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 315-323.

TEIXEIRA, Manuel C. VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.